

ABERTURA

Júlio Pedrosa*

Senhor Dr. Vasco Alves, Chefe de Gabinete, em representação do senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, que quero saudar. Senhor Professor Barbosa de Melo, nosso querido ex-Presidente da Assembleia da República e também experiente autarca – muito importante neste contexto de hoje. Senhor Conselheiro Joaquim Azevedo, Presidente do Centro Regional do Porto da Universidade Católica. Minhas senhoras e meus senhores.

A Educação é assunto que interessa a todos. Por isso, merece a atenção, os comentários, juízos e opiniões de diversas origens, com méritos muito variados, com intenções e objectivos diversificados, quase todos os dias. O Debate Nacional sobre Educação, que o CNE promoveu por mandato da Assembleia da República, confirmou esta atenção generalizada e permitiu identificar questões que preocupam as pessoas e as organizações mais interessadas, entre as quais se encontra o tema deste Seminário que aborda duas dessas áreas – as escolas e as comunidades em que estas se inserem.

Se na opinião dos mais cépticos vivemos uma crise de confiança na escola, o certo é que esta tem vivido num persistente clima de mudanças, adaptando-se a contextos de crescente diversificação, sem que se tenham operado alterações profundas no seu funcionamento, o qual continua regulado por estritas normas legais que conformam a sua organização, a sua governança e a sua gestão.

António Nóvoa, no seu livro publicado em 2005, com o título *“Evidentemente – Histórias da Educação”*, escreve: *“O século XX acaba como começou, com forte sentimento de atraso em relação à Europa. Estudos, diagnósticos e manifestos indignam-se com o estado da escola e reclamam medidas urgentes...”*.

Também Juan Carlos Tedesco, argentino, professor universitário de História da Educação, colaborador da UNESCO em vários cargos de

* Presidente do Conselho Nacional de Educação

responsabilidade, actualmente integrando o Governo da Argentina, no seu livro *“O Novo Pacto Educativo”*, publicado no ano 2000, afirmava o seguinte: *“A crise da educação já não se apresenta como um fenómeno de insatisfação no cumprimento de objectivos, mas antes como uma expressão da crise das instituições e da estrutura social”*.

Por seu lado, Neil Postman, professor na Universidade de Nova York, num livro publicado em 1995, intitulado *“The End of Education – redefining the value of school”* e traduzido em 2002 com o título *“O Fim da Educação – redefinindo o valor da Escola”*, diz-nos na primeira frase do Epílogo: *“O título deste livro foi cuidadosamente escolhido para que pudesse constituir uma profecia ambígua ... O Fim da Educação poderá interpretar-se como expressão de um profundo pessimismo acerca do futuro. Todavia, todos aqueles que chegaram até aqui saberão que o livro se recusa a aceitar tal futuro”*. E as últimas frases do autor, fechando o Epílogo do livro, são bem claras a este respeito. Diz ele:

“Acredito que a escola perdurará, dado que ninguém inventou ainda maneira melhor de apresentar os jovens ao mundo da Aprendizagem; [acredito] que a escola pública perdurará, dado que ninguém inventou ainda maneira melhor de criar um público e, por fim, que a infância perdurará, porque sem ela perderemos obrigatoriamente a noção do que significa ser adulto”.

Esta é, também, a minha convicção profunda sobre o futuro da escola como instituição de interesse público. Acredito que ela perdurará e renovar-se-á, para servir as crianças, os adolescentes e os jovens.

Partilho, porém, com estes e outros estudiosos da Educação, também a ideia de que a missão e os contextos da escola mudaram e continuarão a mudar. Apenas para citar alguns elementos dessa mudança, note-se que:

- Mudou a estrutura da família e o entendimento que esta tem das suas responsabilidades educativas, dos valores, crenças e normas;

- Mudaram os contextos do desenvolvimento da infância, quer em resultado das alterações na família, quer por via do impacto dos meios de

comunicação e de informação (TV, Internet, etc.);

- Mudou a escola e o sistema educativo, nomeadamente pelo acesso universal das crianças à educação escolar;

- Mudaram as estruturas sociais, económicas e o acesso ao trabalho/emprego.

Neste quadro, são muitos os sinais de ideias ambíguas, por vezes contraditórias, sobre os fins da escola e sobre as relações que esta deve cultivar com as famílias. Por isso, nunca será de mais afirmar o entendimento que temos sobre a missão da escola, hoje. É que Governar a Escola é fazer cumprir a sua missão. Volto aos especialistas para reforçar a ideia de que a missão da escola é Educar, no sentido que João Formosinho confere a esta palavra no seu livro *“Administração da Educação”* (2005), quando diz:

“A Educação, nas suas dimensões comunitária e societária, é instrução, transmissão de conhecimentos e técnicas; é socialização, promoção de normas, valores e crenças, hábitos e atitudes; é desenvolvimento, facilitação e activação do desenvolvimento motor, intelectual, afectivo, emocional e moral do educando”.

Uma escola com estes fins não pode dispensar-se, hoje e no futuro, de organizar o seu trabalho a partir do conhecimento profundo dos destinatários da sua acção, dos seus contextos de vida e do melhor saber disponível. A escola hoje, e no futuro, não pode prescindir de compreender quem está dentro e quem está ao seu redor. Assim se compreenderá bem que as escolas são todas diferentes e que haja, dentro de cada uma, muitas escolas.

Organizar, governar e gerir uma instituição educativa, hoje e no futuro, é desenhar um programa, um projecto, uma estratégia que radique nesta diversidade.

Juan Carlos Tedesco defende *“uma estratégia de mudança por acordo, por consenso, por contrato entre diferentes actores”*. É ainda

Tedesco a dizer: *“A tendência para uma melhor autonomia institucional representa uma modificação substancial que permite passar do esquema tradicional de reforma do sistema para uma perspectiva baseada nas inovações institucionais”, e conclui que “cada vez mais se reconhece que o êxito das inovações anda associado à adequação às condições locais... por isso, parece mais importante generalizar a capacidade de inovar do que generalizar as inovações em si mesmas”.*

Este seminário sobre o tema *Autonomia das Instituições Educativas e novos compromissos pela Educação* é uma oportunidade para partilharmos experiências, começando por olhar com atenção para o que a autonomia universitária significou nas instituições que dela beneficiaram e daí avançarmos para o debate dos modos de promover e consolidar novos compromissos. As ameaças, mas também as oportunidades que se apresentam poderão encontrar resposta numa maior autonomia e responsabilização das escolas para cumprirem os respectivos fins, num quadro descentralizado de governança da educação escolar.

O Conselho Nacional de Educação organizou este Seminário na convicção de que vale a pena analisar e debater os constrangimentos e contextos que as instituições educativas experimentam, para nos pormos de acordo sobre o modo de as dotarmos de condições para o cumprimento das suas missões. Como poderemos nós dispor de escolas que sirvam o interesse público nas três dimensões de *instrução, socialização e desenvolvimento pessoal*?

O modo de organizar a resposta a estas exigências não pode prescindir da adopção de modelos descentralizados de governança e gestão. Os contratos de autonomia são um bom exemplo de como se podem introduzir veículos de inovação institucional. Porém, a autonomia requer modelos de organização ajustados às realidades, recursos humanos treinados, metas e orientações claras, avaliação e prestação de contas. Em meu juízo, se dispusermos de uma cuidada avaliação dos pontos que na presente legislação merecem aperfeiçoamento e consolidação e daqueles que devem ser objecto de análise e debate preparatório de mudanças, disporemos de

uma boa base para fazer o que é preciso ser feito para reforçar a capacidade da escola cumprir a sua missão.

Este Seminário insere-se no programa de comemoração dos 20 anos do Conselho Nacional de Educação. O senhor professor António Barbosa de Melo, que foi Presidente do CNE em 1991, deputado e Presidente da Assembleia da República, professor ilustre da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, acompanha-nos neste momento de grande significado para nós. Sentimo-nos muito honrados pela sua presença e agradecemos-lhe que tenha aceite o nosso convite para aqui estar hoje, nesta sessão, fora da nossa sede, dedicada à escola, à sua governação, aos contextos e parcerias educativas.

O senhor conselheiro Joaquim Azevedo e a Universidade Católica acolhem-nos hoje, no Porto, e quero agradecer a generosidade e apoio que dispensaram à organização do Seminário.

O senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação, não podendo estar presente, fez-se representar pelo seu Chefe de Gabinete, o senhor Dr. Vasco Alves. Agradeço-lhe muito ter feito o esforço de se deslocar para estar connosco hoje, e peço-lhe que apresente os nossos cumprimentos ao senhor Secretário de Estado.

Vamos ter, nesta sessão, contributos muito variados, que nos permitirão fundamentar a análise e discussão dos problemas a partir de várias perspectivas e com fundados argumentos. Agradeço a todos os senhores oradores as contribuições que nos vão dar e a todas e todos os participantes o interesse que demonstram por esta iniciativa.

Temos, hoje, a oportunidade de apresentar publicamente a tradução de um livro que o Conselho da Europa editou e de que tivemos conhecimento logo após a sua edição. O título em Inglês do livro é *“Democratic governance of schools”* e traduzimo-lo como *“Governança Democrática das Escolas”*. Fazemo-lo porque nos pareceu que o seu conteúdo constitui uma matéria muito actual, oportuna, para o debate em Portugal sobre as escolas, os seus contextos e as mudanças necessárias. É um livro que contém uma matriz

de análise da forma como as escolas estão organizadas e são conduzidas com vista a uma cultura de cidadania democrática. Agradeço publicamente aos autores e ao Conselho da Europa, mas também a quem tornou possível esta edição portuguesa. Espero que tenham neste livro um instrumento importante para reflectir uma das dimensões do actual momento que as escolas vivem.

Estou certo de que vamos sair da cidade do Porto mais bem informados e inspirados para fazer melhor e mais pelas nossas escolas.

Reflexões sobre novos compromissos na Educação

António Barbosa de Melo*

Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação, Prof. Doutor Júlio Pedrosa:

Começo por lhe agradecer a generosa referência que fez à minha pessoa, assim como o seu convite, que muito me honra, e o modo como o motivou.

Há muitos anos – ai de nós, ai de mim, de si não tanto –, que tenho o gosto de o conhecer: foi em Coimbra quando Júlio Pedrosa ainda era estudante. Lembro-me de o ver participar com empenho, inteligência e vivacidade em discussões sobre temas de cultura que, aqui ou acolá, levavam por vezes a questões complexas e bem difíceis de discernir na realidade portuguesa. Tenho por si uma grande admiração: pelo seu trajecto de estudante, pela sua carreira científica e universitária, pela sua presença na vida pública, sobretudo na altura em que disse sim à acção política governativa, por ter percebido, assim o interpretei, que esse ciclo estava a chegar ao fim e que lhe cumpria aceitar o desafio (*noblesse oblige!*) e corresponder ao gesto de quem, com muitas e boas razões, esperava a sua colaboração. Honrou-se sobremaneira, então, como homem e como cidadão...

Senhores Dr. Vasco Alves e Professor Joaquim Azevedo, minhas senhoras e meus senhores:

Não trouxe comigo qualquer discurso escrito. Fio-me apenas de uma cábula em que fui esquisando o essencial do que penso dizer sobre o programa “*autonomia das instituições educativas e novos compromissos pela educação*”, aqui e agora em discussão.

A primeira nota que me salta ao espírito diz respeito aos cuidados que os responsáveis não podem deixar de ter para corrigir os desvarios que

* Presidente do Conselho Nacional de Educação em 1991

foram embaraçando o nosso sistema educativo ao longo de muitas décadas e alguns séculos. Vivemos sob o signo daquela terrível ilusão que partia do princípio de que “*saber ler, contar e escrever*” era o que precisava o povo português e mais nada. A formulação, segundo se diz, pertence a Salazar, mas essa é a doutrina que, visivelmente, vem regendo a mentalidade do país durante muitos períodos de 48 anos e que ainda hoje, apesar do que se tem feito, anda por aí. A taxa de abandono escolar, embaraçosamente alta em Portugal em comparação com o que se passa nos nossos parceiros europeus, terá nessa mentalidade uma das suas principais causas. Ela parece colorir de mérito o abandono escolar ou, de algum modo, facilitar a troca da escola pela oficina, se não a troca da escola pela rua. É urgente levar de vencida esta matriz cultural, uma pecha muito velha do nosso país.

A Educação e o Ensino sofrem, na verdade, de uma avaria histórica muito antiga. Bastará ler o livro “*Campanha Alegre*” de Eça de Queirós para percebermos a desgraça do nosso ensino escolar, a começar pelo nível primário, no período da monarquia constitucional. Quem ensinava era a Igreja ou eram organizações que disputavam à Igreja a presença na sociedade no campo dos valores, religiosos ou laicos. O Estado, esse, andava distraído e praticamente nada tinha a ver com a educação e o ensino nos níveis primário e secundário.

A segunda nota é para salientar que a reforma educativa exige uma visão integrada do sistema político-social e do sistema escolar: não pode fazer-se só em baixo ou só em cima, ou somente de baixo para cima ou de cima para baixo. A reforma educativa deve ir sendo levada a cabo, simultaneamente, em todos os patamares e em todas as dimensões do sistema educativo. Aliás, se não mudarmos cada geração e a não mudarmos por dentro, se os piores alunos de hoje não forem melhores que os piores alunos de ontem, jamais conseguiremos melhorar significativamente o sistema educativo existente.

A terceira nota destina-se a chamar a atenção para uma trivialidade: a reforma educativa pressupõe e implica uma nova, e continuamente renovada, cultura. É obra do *espírito*, e não obra da letra de leis e regulamentos ou

efeito automático de batalhas entre bandos burocráticos, atreitos a esquecer que o princípio e o fim de toda a actividade educativa são as pessoas de carne e osso — os alunos, os professores, os pais, os cidadãos em geral. O que vale por dizer que uma das “variáveis” a ter em atenção na reforma diz respeito ao permanente esforço de mudança das mentalidades. Saúdo, pois, o Conselho Nacional de Educação pelo que vem fazendo em favor de uma profunda revisão da mentalidade portuguesa no que toca à formação específica dos actores, protagonistas e destinatários do nosso sistema educativo. Sintomas desse esforço são os livros e os textos publicados nos últimos anos pelo CNE, aliás muitos deles em exposição à entrada deste anfiteatro.

Julgo que uma das mais graves dificuldades que atravessa a reforma educativa ou, se quisermos, as políticas públicas de educação reside numa mistura explosiva de *espírito burocrático e mercado* - uma associação diabólica, que, nas últimas décadas, por todo o lado, mina o sistema educativo. A educação sofre a absolutização desses dois pólos - do mercado (com as suas “leis de bronze”) e da burocracia (com o seu “ritualismo mental típico”). Os dois absolutismos potenciam-se reciprocamente, comandando os operadores, actores, agentes e pacientes da educação como se fossem elementos de um sistema formal, perfeitamente concatenado e cujos resultados se pretendem rigidamente predeterminados.

Uma tal dificuldade agrava os desafios do presente e do futuro da educação em Portugal. Aliás, a nossa presença e participação na Europa (ninguém se iluda a respeito) está a agravar crescentemente o peso da burocracia na vida pública portuguesa.

A este propósito não resisto a lembrar o alerta de Tocqueville (1805-1859) para as ameaças que a democracia poderia vir a correr nas sociedades ocidentais¹. Tocqueville julgava que os governos democráticos podiam

¹ Alexis de Tocqueville, *A Democracia na América II* : veja-se o Capítulo VI da Parte IV, justamente intitulado “*Que espécie de despotismo as nações democráticas devem temer*”, in *Tocqueville œuvres*, Gallimard, 1992, pp. 834 ss.

tornar-se violentos ou mesmo cruéis em situações excepcionais, mas estas crises acabariam por ser raras e passageiras.

A espécie de opressão de que os povos democráticos estão ameaçados é outra, aliás *nova e sem precedentes*: “*vejo uma multidão inumerável de homens semelhantes e iguais /.../ à procura de prazeres mesquinhos e vulgares, com os quais enchem a alma*”. Cada um vive para si e o seu restrito círculo de proximidade. “*Por cima deles eleva-se um poder imenso e tutelar, que se encarrega de assegurar os prazeres e a sorte de cada um. É absoluto, detalhado, regular, providente e doce. /.../ Depois de ter tomado assim, passo a passo, nas suas poderosas mãos cada indivíduo e de o ter petrificado à sua maneira, o soberano /.../ cobre a superfície de toda a sociedade com uma rede de pequenas regras complicadas, minuciosas, uniformes, através das quais os espíritos mais originais e as almas mais vigorosas não conseguirão ver como fugir à multidão. /... / Esse poder não tiraniza, mas trava, comprime, enerva, anula, estupidifica e reduz, por fim, cada nação a um rebanho de animais, tímidos e industriais, de que o governo é o pastor*”.

Leio directivas e mais directivas produzidas pelas instâncias da União Europeia e fico, muitas vezes, com a impressão de que ninguém com bom senso ou alguma *sagesse* política as leu e apreciou. Parecem obra de gabinetes anónimos de burocratas ou de políticos burocratizados, que se comprazem em proibir, em inovar, em estilizar, em destruir tudo o que existe, como se as sociedades e as pessoas que as habitam mais não fossem que plasticina moldável a bel-prazer destes novíssimos demiurgos.

O que me surpreende é o facto de poucos responsáveis europeus perceberem que estamos a viver em toda a Europa esse perigo que Tocqueville anteviu como fatal para a ideia de democracia.

Cada política educativa não pode deixar de se basear numa ideia acerca da missão da escola e do papel do sistema educativo na evolução social. O ponto acaba de ser excelentemente formulado pelo Senhor Presidente do Conselho Nacional de Educação: a escola e a educação em geral têm uma missão, não valem como fins em si próprios. Pelo

contrário, estão integradas num contexto e ao serviço de valores que marcam e, ao mesmo tempo, transcendem o contexto. A educação é, digamos assim, produto de um conjunto de acções, de culturas, de sensibilidades, em que as pessoas, as organizações sociais, a começar pela família, as igrejas e os poderes públicos desempenham um papel insubstituível. O seu contexto, ao fim e ao cabo, é constituído por nós e as nossas diferenças (*“sempre houve entre muitos diferenças”*, lembra o nosso Poeta maior). E os que estão fora da escola, dizia há pouco o Presidente Júlio Pedrosa, são às vezes muito mais importantes, se é que não são sempre mais importantes, que os que estão dentro da escola. É preciso que as janelas da escola se mantenham abertas para que o ar que anda fora chegue dentro e o ar de dentro venha para fora. Entre o que está na escola e o que anda fora dela não deve haver, em suma, paredes ou vidraças estanques.

O programa *“autonomia das instituições educativas e novos compromissos pela educação”* inspira-se na visão segundo a qual no campo da educação e do ensino são indispensáveis hoje compromissos assentes na concordância, no consentimento, no acordo, num pacto social. Este regresso a Rousseau² e à ideia de *contrato social* torna claro que não é a autoridade, enquanto potência, poder ou *puissance publique*, que pode comandar a escola. O que comanda a escola é o acordo contínuo, iterativo, constantemente renovado, entre todos os intervenientes no processo educativo. Daí a necessária abertura da escola a todo o seu contexto, de modo especial ao segmento definido pelo poder local.

É visível no programa de reflexões em curso, hoje e aqui, a ideia de que as sociedades mais evoluídas do ponto de vista educativo tiveram em atenção a ligação da escola às pequenas comunidades territoriais, onde vivem as pessoas que são agentes e beneficiários da educação e que valem como arquivos vivos das várias culturas que, por regra, integram os Estados nacionais, mesmo os mais exíguos.

² Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), *Du Contract Social ou Principes du Droit Politique* (1762), in *Rousseau, œuvres Complètes*, Vol 2, L'Intégrale (1971), pp. 513-580.

A aceitação desta ideia por parte dos responsáveis pelo sistema educativo afigura-se-me indispensável para que o povo português dê ao sistema educativo a volta a cuja necessidade aludi nas notas iniciais. Isto é: para enfrentar directamente os males ou perversões do nosso sistema educativo vamos partir do axioma segundo o qual uma escola que se divorcia da sociedade concreta, real, existente, não cumpre a sua missão, degrada-se a si própria e contribui para a degradação da sociedade. Nesta recuperação não pode esquecer-se, porém, que uma das causas da perturbação da nossa educação reside, seguramente, na desorganização notória da instituição familiar e de outras instituições que, por natureza, se moldaram historicamente à medida da pessoa e devem ser chamadas a desempenhar um papel próprio no desenvolvimento do processo educativo – v. g., as autarquias locais mais próximas, os centros sociais, os clubes desportivos, as associações de lazer e de cultura, as misericórdias, o jornal e a rádio locais, etc., etc. O êxito do sistema educativo passa muito pela recuperação de todos estes corpos sociais, ditos noutros tempos e lugares “corpos intermédios”, que hoje parece terem perdido o sentido. Mas a reconstituição deles afigura-se ser uma tarefa histórica ingente e porventura incomensurável...

Por outro lado, a autonomia das instituições educativas implica praticamente que elas sejam diferentes umas das outras e como diferentes se integrem no sistema educativo. Dizer de uma instituição que é autónoma implica dizer que a ela própria cabe dar-se a si mesma a sua norma e definir o seu critério de orientação. Se as instituições educativas não forem, em medida suficiente, reitoras de si mesmas, não haverá autonomia no sistema educativo. O que teremos, então, reconduzir-se-á tão-só a manifestações de burocracia.

A luta contra a burocracia incrustada no sistema educativo realiza-se, sobretudo, através da autonomia das instituições educativas. E esta promoverá o pluralismo a n dimensões na organização da sociedade concreta, impedindo que as instituições públicas dominem em absoluto as privadas, que as instituições políticas e administrativas ponham em causa o pluralismo religioso e o pluralismo inerente à liberdade de associação que a

sociedade em foco garante aos seus cidadãos. A governação ou governança nas “sociedades abertas” respeita, por definição, os pólos *autónomos* da vida social, política, administrativa, económica ou religiosa. Nenhum Poder está autorizado aí a submetê-los à absolutização do mercado nem da burocracia.

Por fim, a educação nas sociedades civilizadas tem de introduzir um mínimo de eficácia na cultura e na prática dos Direitos do Homem. Tais Direitos não se esgotam nas declarações solenes das constituições, das leis ou dos tratados. Isso são palavras. Os Direitos do Homem pressupõem uma cultura e uma prática social assentes na *eminente dignidade da pessoa humana* (Kant), entendida como um fim em si mesma, algo que não tem preço, não é meio ou instrumento para a realização de um qualquer fim estranho à liberdade ou à vontade livre do seu titular. Sem isso inexistirá o respeito pelo Homem e pelos seus Direitos.

O programa “*autonomia das instituições educativas e novos compromissos pela educação*” aponta para uma escola que há-de fomentar a cultura e prática dos Direitos do Homem, para garantia de estabilidade das instituições sociais. Espero que o programa dê muitos frutos. Se os participantes concluírem, por fim, que vale a pena apostar na Educação e mudar os parâmetros por que ela vem sendo regulada, o programa terá sido um passo relevante na reforma do sistema educativo português.

Vasco Alves*

As minhas primeiras palavras são para saudar a Mesa, em particular o senhor Presidente do CNE, felicitando-o pela organização deste Seminário no quadro de uma bateria de iniciativas que o CNE tem desenvolvido sob a sua direcção e que muito tem ajudado o Ministério da Educação na sua reflexão prévia à decisão política que depois lhe compete tomar.

Esta matéria da autonomia e refiro-me, em particular, ao que diz respeito aos ensinos básico e secundário está na agenda actual do Ministério da Educação e com grande relevância.

Deixe-me também felicitá-lo pela escolha que fez da abordagem deste tema, porque não se cingiu àquilo que, no Ministério da Educação, tratamos como autonomia – a avaliação e autonomia das escolas - mas abordou-a no todo educativo, do ensino básico ao ensino superior e, por outro lado, também chamando os que estão fora da escola, como muito bem referiu o Professor Barbosa de Melo, e que constituem bases fundamentais para a afirmação da autonomia e para a afirmação local da autonomia das escolas: os autarcas, as forças locais e não só as escolas.

O contrato de autonomia não é a autonomia. A autonomia é aquilo que a escola, pelo seu percurso, pelo seu projecto educativo, pela comunidade, consegue trazer a si e dinamizar. Isso é que é a verdadeira autonomia: é o projecto educativo de uma escola que se afirma única num contexto local próprio. O contrato é apenas um instrumento através do qual a escola se compromete a atingir determinados objectivos e o Ministério da Educação a conceder os apoios que facilitem a sua concretização.

Neste momento, a norma habilitante (como dizemos nós, burocratas da educação, e também tenho de reconhecer que o sou), de que o Ministério da Educação se socorre existe desde 1989 plasmada num decreto-lei, mas, efectivamente, por motivos que não sou capaz de explicar – por ausência

* Chefe de Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação, em representação

de vontade política, por ausência de determinação ou porque as escolas também não conseguiram impor um dinamismo local que forçasse os serviços da administração da educação a reconhecer a autonomia (?) - teve muito pouca execução prática, julgo que havia apenas um contrato de autonomia aqui na região Norte. O que é facto é que, existindo desde 1989, este diploma legal, ao abrigo do qual se fizeram agora contratos de autonomia, pouco efeito prático teve.

Neste momento, porém, estão já assinados 22 novos contratos num quadro em que o Ministério da Educação perspectiva a autonomia - seguindo, também, a linha do Decreto-Lei n.º 115-A/98 que já aqui referi - como uma fase, uma etapa que tem como etapa prévia a avaliação e a auto-avaliação da escola. Não se concebendo, portanto, a existência de autonomia sem estar intrinsecamente ligada a um processo de avaliação e de auto-avaliação tanto prévio como posterior, para o qual foi considerada a existência de um conselho geral de avaliação que integra os municípios e outras forças vivas, não só pessoas ligadas ao Ministério da Educação e à sua administração descentralizada ou à escola. É um conselho alargado que vai fazer a avaliação e é dessa avaliação que decorre depois a continuidade do contrato de autonomia ou até o seu reforço.

Vemos, assim, que a questão da autonomia se enquadra também num objectivo estratégico que o Ministério da Educação tem vindo a concretizar, para o qual tenta sensibilizar as escolas e que é o da integração da avaliação e da prestação de contas no funcionamento regular da escola que, também aqui, já tinha anteriormente referido como sendo um instrumento fundamental de uma instituição que presta um serviço público.

Para terminar, gostaria, ainda, de informar que o Ministério da Educação aguarda com expectativa as conclusões deste Seminário, na medida em aborda um dos seus programas fortes - todas as achegas serão bem vindas e esta, sob inspiração do Conselho Nacional de Educação, é, certamente, da maior valia; e desejar que o Seminário corresponda, efectivamente, às expectativas com que o senhor Presidente determinou que fosse organizado.